



Processo: nº 1.952/1997 (n).

Apenso: nº 092.0001.580/1995 - CAESB (2 volumes).

Jurisdicionada: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB/DF.

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE.

Ementa: . Tomada de Contas Especial instaurada pela CAESB para apurar irregularidades na execução e acompanhamento do Contrato nº 3229/1994, celebrado com a empresa AVS Construtora e Comércio Ltda.

. Necessidade de regularização da representação processual. Não atendimento pela empresa interessada.

. A 3ª Inspeção de Controle Externo sugere a reiteração da determinação de regularização da representação processual, sob pena de não conhecimento dos documentos apresentados (Informação nº 107/2008 - fls. 556/558).

. O Ministério Público de Contas do Distrito Federal manifesta sua concordância com as sugestões apresentadas pela Inspeção (Parecer nº 1294/08-MF – fl. 561).

. Conhecimento. Acolhimento. Reiteração quanto à necessidade de regularização da representação processual da empresa, sob pena de não conhecimento dos atos praticados.



RELATÓRIO

Cuidam os autos da tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB para apurar irregularidades apontadas pela sua auditoria interna relativas à execução e acompanhamento do Contrato nº 3229/94, firmado com a empresa AVS - Construtora e Comércio Ltda., com vistas à realização de obras no Posto de Serviços da jurisdição em Sobradinho - DF.

Os autos foram encaminhados à Divisão de Acompanhamento da 3ª ICE para análise das defesas apresentadas. No entanto, ao deferir a solicitação de prorrogação de prazo formulada pela empresa AVS para a apresentação de sua defesa, foi determinada a regularização da representação processual, vez que subscrita por advogado que apresentou instrumento de mandato outorgado pelo Sr. Antônio Venâncio da Silva Júnior em nome próprio, sem comprovar que atuava na condição de representante legal da empresa, bem assim de cópia atualizada de seu contrato social comprovando a esta condição (Despacho Singular nº 308/2008 - CRR).

Aponta a 3ª ICE que a defesa foi apresentada sem que se procedesse à regularização da representação processual. Assim, sugere ao Tribunal que:

*"I - reitere ao Senhor Antonio Venâncio da Silva Júnior o encaminhamento, em 5 (cinco) dias úteis, dos documentos requeridos por meio do Despacho Singular nº 308/2008 - CRR, quais sejam: **instrumento procuratório da empresa AVS Construtora e Comércio Ltda. constituindo o advogado que postula neste feito, bem como cópia atualizada do estatuto social, comprovando sua condição de representante legal da aludida empresa**", alertando-o que poderá ser considerado revel, caso não sejam juntados ao processo*



os documentos mencionados, sendo, por consequência, imputado à empresa o débito de que trata a Decisão nº 5571/2006; e

II - retorne os autos a esta Inspeção para as providências pertinentes.”

O Ministério Público de Contas, em parecer da Dra. Márcia Farias, aquiesce às sugestões ofertadas pelo corpo técnico (Parecer nº 1294/2008 - fl. 561).

É o breve relatório.



VOTO

Nos termos da Decisão nº 1.542/2002 (fl. 69), este Tribunal determinou a citação do representante legal da empresa AVS para apresentar alegações de defesa quanto à responsabilidade solidária que lhe foi atribuída pelo prejuízo revertido ao erário decorrente das irregularidades na execução do Contrato nº 3.229/1994.

A citação se fez em nome do Sr. José Nicodemos Venâncio, (fl. 90), sem qualquer manifestação apresentada pela empresa, que foi considerada revel nos termos da Decisão nº 1.538/2003 (fl. 155).

Em 24.07.2003, o Sr. José Nicodemos Venâncio, na condição de Sócio Administrador da empresa Antônio Venâncio da Silva e Cia Ltda, apresentou procuração outorgada aos advogados Tânia Valadares Gontijo Sá Roriz, Paula Gontijo Vieira Gomes e Marcelo Antônio Rodrigues Viegas (fl. 179), vindo a interpor o recurso de reconsideração visto às fls. 181/189. Juntamente com citado recurso, veio aos autos cópia do contrato social da empresa AVS Construtora e Comércio Ltda, do qual destaco a Cláusula Sexta que estabelece que a nomeação de procuradores com poderes *ad judicium* e *ad negotia* deve ser praticada em conjunto pelos sócios gerentes, José Nicodemos Venâncio e Antônio Venâncio da Silva Júnior. Citada peça processual também se fez acompanhar de documento da empresa AVS apresentado no certame licitatório que originou a contratação questionada, em que figura como responsável pela assinatura do ajuste o Sr. Antônio Venâncio da Silva Júnior (fls. 197/198).

Em razão disto, o Plenário deliberou pela citação da empresa em nome do Sr. Antônio Venâncio da Silva Júnior para apresentar alegações de defesa (Decisão nº 6.911/2003 - fl. 232) que veio a outorgar procuração, embora em nome próprio, ao Dr. Alexandre Duarte de Lacerda para representá-lo nos autos (fl. 236).

Observa-se que os dois instrumentos de mandato outorgados pelos Srs. José Nicodemos Venâncio e Antônio Venâncio da Silva Júnior (fls. 179 e 236) conferiram poderes aos patronos para a defesa de seus interesses enquanto



peças físicas. Em nenhum momento citado ato destinou-se à outorga de poderes para defesa da empresa AVS Construtora Ltda que, por expressa disposição contratual, exige que concorram para tal ato ao dois sócios gerentes conjuntamente.

Ressaltado tal aspecto no Despacho Singular nº 308/2008 - CRR, o Sr. Antônio Venâncio da Silva Júnior, por seu advogado, peticionou nos autos ressaltando que as dificuldades decorrentes do dissenso societário impossibilitaram a apresentação de defesa pela empresa AVS Construtora Ltda.

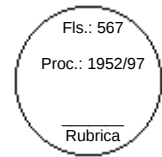
Tenho que estas dificuldades societárias relatadas nos autos não têm o efeito de provocar a regularização da representação processual da empresa, que tem condições de ser satisfeita com o manejo adequado das medidas jurídicas cabíveis à espécie, tendo em vista que a não regularização processual culminará no não conhecimento dos atos processuais praticados, ensejando a revelia e conseqüente caracterização da solidariedade passiva da empresa.

Assim, na linha da anterior manifestação já exarada no feito, acompanho, com acréscimos, a manifestação da Inspeção e do *Parquet* especializado e **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - reitere ao Senhor Antonio Venâncio da Silva Júnior, representante da empresa AVS Construtora e Comércio Ltda, o encaminhamento, em 5 (cinco) dias úteis, dos documentos requeridos por meio do Despacho Singular nº 308/2008 - CRR, quais sejam: **“instrumento procuratório da empresa AVS Construtora e Comércio Ltda. constituindo o advogado que postula neste feito, com observância das disposições contratuais, bem como cópia atualizada do contrato social em vigor, comprovando a condição dos outorgantes de representante(s) legal(is) da aludida empresa”**, alertando-o de que a não regularização da representação poderá ensejar a caracterização da revelia, sendo, por conseqüência, imputado à empresa o débito de que trata a Decisão nº 5.571/2006; e
- II - autorize o retorno dos autos à 3ª Inspeção de Controle Externo para as providências pertinentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2008.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator